

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 27 • 2020



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
2020

Estudos Arqueológicos de Oeiras é uma revista de periodicidade anual, publicada em continuidade desde 1991, que privilegia, exceptuando números temáticos de abrangência nacional e internacional, a publicação de estudos de arqueologia da Estremadura em geral e do concelho de Oeiras em particular para além de contributos sobre a História da Arqueologia e de comunicações apresentadas a reuniões científicas organizadas pelo Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras/Câmara Municipal de Oeiras.

Possui um Conselho Assessor do Editor Científico, assim constituído:

- Dr. Luís Raposo (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa)
- Professor Doutor Nuno Bicho (Universidade do Algarve)
- Professor Doutor Alfredo Mederos Martín (Universidade Autónoma de Madrid)
- Professor Doutor Martín Almagro Gorbea (Universidade Complutense de Madrid)
- Professora Doutora Raquel Vilaça (Universidade de Coimbra)
- Professor Doutor Jorge de Oliveira (Universidade de Évora)

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 27 • 2020 ISSN: 0872-6086

EDITOR CIENTÍFICO – João Luís Cardoso
DESENHO E FOTOGRAFIA – Autores ou fontes assinaladas
PRODUÇÃO – Gabinete de Comunicação / CMO
CORRESPONDÊNCIA – Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras
Fábrica da Pólvora de Barcarena
Estrada das Fontainhas
2745-615 BARCARENA

Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos Autores.
É expressamente proibida a reprodução de quaisquer imagens sobre as quais existam direitos de autor sem o prévio consentimento dos signatários dos artigos respectivos.

*Aceita-se permuta
On prie l'échange
Exchange wanted
Tauschverkehr erwünscht*

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E

REVISÃO DE PROVAS – João Luís Cardoso e Autores

PAGINAÇÃO – César Antunes

IMPRESSÃO E ACABAMENTO – Grificamares, Lda. - Amares - Tel. 253 992 735

DEPÓSITO LEGAL: 97312/96

**ENTRE EVIDÊNCIAS E CONCEITOS. PLANTAS E ANIMAIS
NOS ESTUDOS NEOLÍTICOS EM PORTUGAL**

***BETWEEN EVIDENCE AND CONCEPTS. PLANTS AND ANIMALS
IN THE NEOLITHIC STUDIES IN PORTUGAL***

António Faustino Carvalho*

Abstract

The analysis of reference works allows us to identify three main phases in the study of subsistence practices in the Neolithic of Portugal. In a first, from the mid-nineteenth century, the “three age system” is assimilated but the issues of subsistence do not enter into the concerns of the authors (Pereira da Costa, Gabriel Pereira). Between the end of that century and the middle of the twentieth century, there was a rapid introduction of the correlation Neolithic = agriculture and pastoralism (Carlos Ribeiro, Augusto Filipe Simões), which however disappears through time. Finally, between the 1940s and 80s, V. G. Childe’s proposal for a “Neolithic revolution” does not penetrate Portuguese research; the perception that the Neolithic was essentially characterized by pastoral practices will predominate (Georg and Vera Leisner).

Keywords: Neolithic; domestication; agriculture; herding.

1 - INTRODUÇÃO

Ao longo da década de 1970, um conjunto de perspetivas interpretativas derivadas da arqueologia processual anglo-saxónica iniciou um amplo movimento de crítica a diversos aspetos teóricos da arqueologia histórico-cultural (o difusionismo e migracionismo enquanto explicações preferenciais da mudança cultural, a noção normativa de cultura, etc.). No âmbito deste novo contexto teórico surgiu a rejeição da ideia de que o Neolítico teria consistido numa profunda transformação socioeconómica e demográfica – a “revolução neolítica” de Gordon Childe – que, tendo tido lugar primeiramente no Próximo Oriente, se teria expandido daí para o continente europeu através de vagas migratórias.

No caso especificamente mediterrâneo, este movimento de crítica ao migracionismo enquanto explicação para a expansão neolítica assentou, por um lado, na assunção teórica da possibilidade de existência de processos de neolitização de raiz autóctone e, por outro, na documentação empírica de casos de domesticação local de plantas e animais, e mesmo de invenção da tecnologia cerâmica em ambiente mesolítico.

* CEAACP - Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património. Universidade do Algarve, FCHS, Campus de Gambelas, 8000-117 Faro. afcarva@ualg.pt

O texto fundamental de D. Clarke, “*Mesolithic Europe: the economic basis*”, ao propor explicitamente que a longa familiaridade das populações paleolíticas e mesolíticas europeias com plantas comestíveis poderá ter proporcionado a emergência de alguma forma de cultivo (“*husbandry*”, na expressão original do autor), contribuiu enormemente para aquela viragem teórica (CLARKE, 1976). Embora não caiba aqui uma descrição exaustiva dos diversos locais onde se defendeu o reconhecimento de práticas agrícolas ou pastoris durante o Mesolítico, alguns fizeram história pelo impacte que à época tiveram na investigação e devem ser assinalados a título de exemplo. É o caso de Balma de Abeurador, no Languedoque, onde se encontraram abundantes quantidades de restos carbonizados de leguminosas (fava, chícharo, ervilha), avelã e vinha-brava em níveis datados de c. 9000 a.C. em diante, o que levou os autores dos trabalhos a hesitar se se estaria perante “recolecção” ou “horticultura” mesolítica (VAQUER & BARBAZA, 1987), ou das grutas de Dourgne, Jean Cros ou Gazel, na mesma região francesa, ou Châteauneuf-les-Martigues, no Vale do Ródano, onde se equacionou a possibilidade do pastoreio de ovinos por parte dos grupos tardenoisenses locais (GEDDES, 1983). Ou ainda também do nível IV da gruta de Verdelpino, na região espanhola de Cuenca, onde se haviam encontrado fragmentos de cerâmica associados a fauna selvagem e a uma indústria lítica de tipo Paleolítico Superior datados de c. 6900 a.C. (MOURE & FERNÁNDEZ-MIRANDA, 1978). Esta viragem radical impregnou profundamente a imagem da transição Mesolítico-Neolítico em sínteses gerais publicadas na década de 1980 (p. ex., CHAMPION *et al.*, 1984; DENNEL, 1985) e exerceu um peso muito importante na construção de modelos teóricos, de que o chamado “modelo da disponibilidade” (“*availability model*”, na sua designação inglesa) foi seguramente o mais impactante no continente europeu (ZVELEBIL, 1986, 1996). O eco deste novo estado de coisas fez-se ouvir naturalmente também nos estudos neolíticos em Portugal pela mesma época.

Como já tratado noutras análises (DINIZ, 2006-2007), os estudos neolíticos em Portugal entravam naquela década de 1980 num momento de assinalável desenvolvimento em várias vertentes. Um foram mais puramente metodológicas, como a escavação em área de contextos de ar livre, de que são exemplo os habitats da área de Sines (SOARES & SILVA, 1979; SILVA & SOARES, 1981), outras tiveram maior pendor teórico, como a adoção de perspetivas interpretativas materialistas e/ou processualistas (ARNAUD, 1982; SILVA & SOARES, 1987), que trouxeram consigo também a notícia dos achados acima referidos. A introdução de estudos pluridisciplinares sistemáticos, como no caso do estudo da Gruta do Caldeirão, em Tomar (ZILHÃO, 1992), tiveram lugar também neste novo contexto. Estes desenvolvimentos fizeram-se notar inicialmente no estudo da fase antiga do Neolítico mas, conquanto de modo paulatino e distendido no tempo, acabariam por se aplicar também a outras realidades e etapas cronológicas dentro do período. Do ponto de vista da interpretação das realidades arqueológicas, a transição Mesolítico-Neolítico em Portugal, e mesmo a caracterização do Neolítico no seu todo, passou a refletir aquela visão em muitos dos seus aspetos estruturantes, uma visão portanto menos hermética e monolítica, logo mais difusa e multifacetada. Esta nova visão coloca finalmente a investigação neolítica portuguesa no mesmo patamar teórico-metodológico então praticado noutros contextos europeus da época.

Com efeito, a investigação anterior, que remontava a meados do século XIX, caracterizara-se por “altos” e “baixos”, num trajeto ao qual as realidades político-sociais e económicas do País – e, logo, científicas – não foram indiferentes (p. ex., FIOLEAIS, 2014). Nesse tempo longo desenvolveu-se pois um panorama geral pontuado por particularismos próprios à investigação portuguesa face aos desenvolvimentos teóricos que iam tendo lugar noutros países europeus (Quadro 1). Assim, o objetivo do presente texto é rastrear no tempo a correlação entre a evolução do conceito de Neolítico, por um lado, e o suporte empírico disponível a cada momento para a sua caracterização. Para este fim, a periodização utilizada, tal como realizado anteriormente a propósito da definição do Neolítico Antigo em Portugal (CARVALHO, 2018), baseia-se na releitura de

obras-chave e sínteses sobre o tema específico do papel das plantas e dos animais naquela caracterização¹. Esta releitura seletiva, sem preocupação de exaustividade, parte do princípio de que as sínteses que foram sendo produzidas refletirão de algum modo o pensamento e as práticas dominantes na época em que foram escritas.

Quadro 1 – Quadro-síntese da evolução do conceito de “Neolítico” e seu impacto na investigação arqueológica portuguesa, 1830-1970

	1830-1865: antes do “Neolítico”, o “Sistema das Três Idades” (THOMSEN, 1836)	1865-1940: o “Neolítico” como idade da pedra polida e da domesticação de plantas e animais (LUBBOCK, 1865; MORTILLET, 1873; DUPONT, 1878)	1940-1970: o “Neolítico” como revolução económica e social (CHILDE, 1947)
Características da investigação portuguesa	<ul style="list-style-type: none"> • Utilizam-se as expressões “idade da pedra” ou, de modo mais específico, “época das palafitas”. • A investigação busca a determinação da época de construção dos dólmenes, o seu inventário e distribuição pelo país, e a caracterização do seu “povo constructor”. 	<ul style="list-style-type: none"> • O conceito de “idade da pedra polida” e o termo “Neolítico” são rapidamente introduzidos. • A correlação “Neolítico / domesticação” é adotada por A. F. Simões e principalmente por C. Ribeiro; porém, não tem impacto nos estudos neolíticos e acaba por desaparecer da bibliografia. 	<ul style="list-style-type: none"> • A noção de “revolução neolítica” de Gordon Childe é introduzida na década de 1940 mas não é adotada. • O Neolítico é entendido como “vida pastoril” (por influência do casal Leisner); a agricultura está atestada apenas no Eneolítico (Vila Nova de S. Pedro).
Referências principais	<ul style="list-style-type: none"> • A. F. Pereira da Costa (1868), <i>“Descrição de alguns dolmens ou antas...”</i>. • Gabriel Pereira (1875), <i>“Dolmens ou antas dos arredores d’Évora”</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> • Carlos Ribeiro (1878), <i>“A estação humana de Licêa”</i>. • Augusto Filipe Simões (1878), <i>“Introdução à Archeologia da Peninsula Iberica”</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> • Georg e Vera Leisner (1951), <i>“Antas do concelho de Reguengos de Monsaraz”</i>. • Afonso do Paço (1954), <i>“Sementes pré-históricas do castro de Vila Nova de S. Pedro”</i>.

2 – ANTES DO “NEOLÍTICO”, A ÉPOCA DAS PALAFITAS

“A ultima idade da pedra, 3.^a segundo o sr. Lyell, 4.^a segundo o sr. Gervais, é a época das palafittas ou das habitações lacustres e das turfeiras da Dinamarca e tambem segundo o sr. Lyell a época dos principaes dolmins.” (COSTA, 1868, p. 40)

Para o devido enquadramento dos primeiros estudos neolíticos em Portugal, é talvez importante relembrar as datas de dois momentos-chave na história da própria disciplina arqueológica, por forma a melhor perceber a nomenclatura e as opções interpretativas avançadas pelos pré-historiadores portugueses que se citarão adiante. Assim, o primeiro daqueles momentos é a definição do “sistema das três idades”, conceito que foi sendo construído a partir de 1816, ano em que o seu proponente, Christian J. Thomsen, assume o cargo de secretário

¹ Neste texto utilizam-se, sem conversão para o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 16 de dezembro de 1990, as ortografias originalmente empregues pelos autores que se citam.

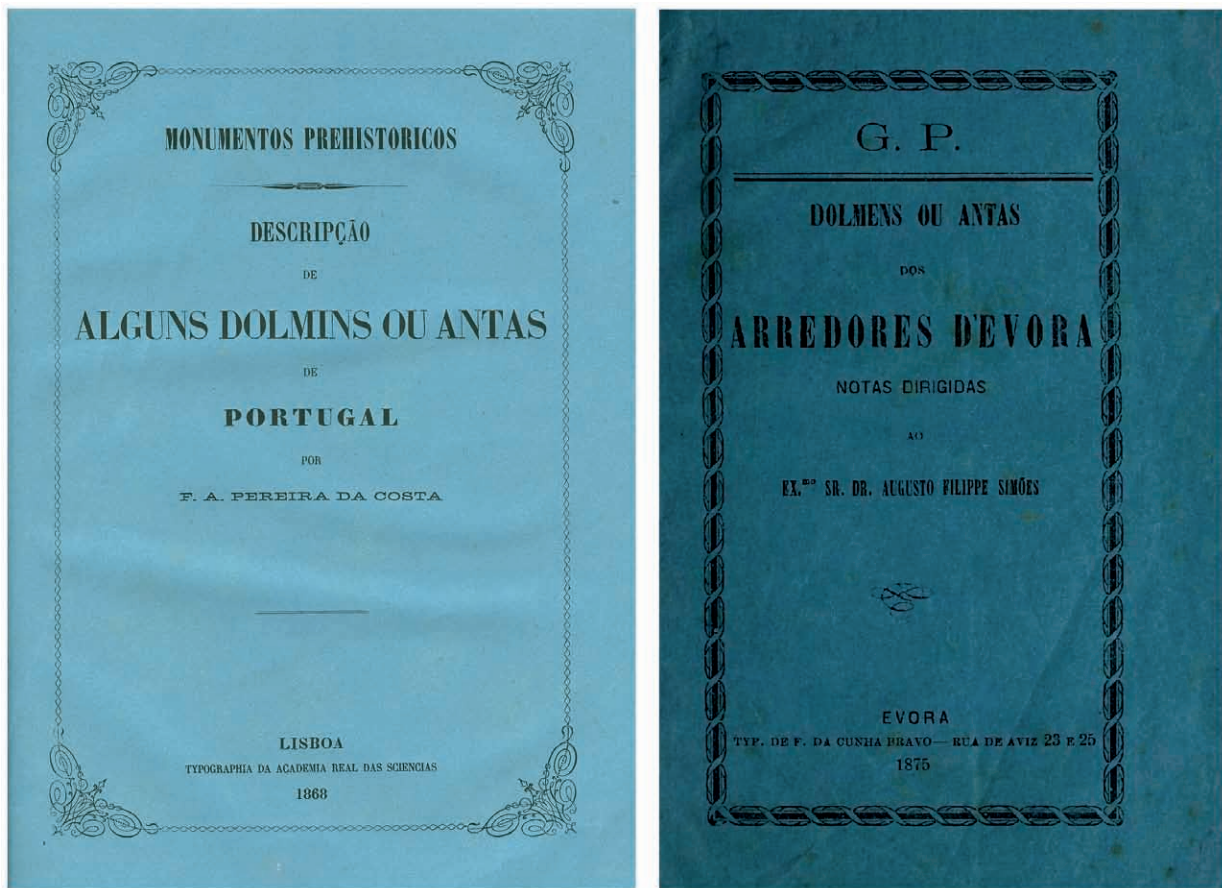


Fig. 1 – “*Descrição de alguns dolmins ou antas de Portugal*”, por A. F. Pereira da Costa (1868), e “*Dolmens ou antas dos arredores d’Évora*”, por Gabriel Pereira (1875).

da *Kongelige Commission for Oldsager Opbevaring* (“Real Comissão para a Preservação das Antiguidades”) da Dinamarca. Com efeito, durante os anos em que esteve à frente desta instituição, C. Thomsen desenvolveu um método de seriação dos objetos de acordo com as matérias em que eram fabricados, tendo proposto a sequência de idades da “pedra”-“bronze”-“ferro”, cuja universalidade viria depois a ser comprovada. O “sistema das três idades” não terá propriamente uma data concreta de definição uma vez que o seu autor o publica em diversos textos entre 1830 e 1831, culminando depois na publicação do livro-guia da exposição do referido museu, “*Ledetraad til Nordisk Oldkyndighed*” (THOMSEN, 1836). Como é também sabido, um segundo momento dá-se com a subdivisão da Idade da Pedra em duas fases, para as quais se criaram os neologismos “Paleolítico” e “Neolítico”, que viria a ter lugar apenas vinte anos mais tarde, com a publicação de “*Pre-historic times*” por John Lubbock. Estes conceitos entraram na linguagem corrente da arqueologia pré-histórica a partir deste momento (LUBBOCK, 1865).

Portanto, os pré-historiadores portugueses que escreveram em anterioridade ou em torno da data de publicação da obra de J. Lubbock, 1865, não teriam podido fazer uso daqueles termos. É o caso da “*Descrição de alguns dolmins ou antas de Portugal*”, de F. A. Pereira da Costa, que é publicado apenas três anos mais tarde e se constitui como a primeira síntese científica sobre o megalitismo português. O autor não tem a preocupação de reconstituir a economia praticada pelos construtores de dólmenes, mas deixa uma frase que sintetiza o que

pensa a este respeito e, mais do que isso, reflete a época em que escreve. Com efeito, depois de descrever três épocas que hoje colocaríamos sob a designação de “paleolíticas”, diz o que se segue acerca da quarta:

“Esta época é posterior á extinção dos grandes quadrupedes, e tambem á retirada da renna para paizes situados mais para o Norte d’aquelles que habitara na época anterior. Os machados de pedra são polidos, e não lascados como eram nas épocas anteriores: os ossos de animaes são pertencentes a especies actualmente viventes, mas reconhece-se que existiam n’essa época na Europa central bois selvagens, e grande abundancia de bestas feras, se bem que especificamente identicas ás que hoje existem” (COSTA, 1868, p. 40).

Todas as considerações que tece subsequentemente acerca da “época dos principais dólmins”, antes de tratar propriamente deles, assenta na discussão da presença ou ausência e evolução tecnológica de determinados instrumentos. Trata, portanto, de questões de evolução técnica. As práticas económicas e as formas de subsistência praticadas pelos construtores de dólmenes é tema não explorado. Esta mesma perspectiva, assim como os termos e conceitos empregues, encontramos-a também, um pouco mais tarde, na obra de Gabriel Pereira “dólmens ou antas dos arredores d’Évora”, onde aliás o trabalho de Pereira da Costa é elogiosamente citado (PEREIRA, 1875).

3 - NEOLÍTICO E DOMESTICAÇÃO

“E parece-nos poder afirmar que os homens do fim da epocha da pedra polida, que dominavam no nosso solo, e levantaram os dolmens dos districtos adjacentes a Lisboa, não só conheciam a arte de domesticar os animaes, como já faziam uso da alimentação vegetal e principalmente de fructos [...]” (C. RIBEIRO, 1878, p. 67)

O processo de correlação entre o conceito de “Neolítico” e as primeiras formas de domesticação de plantas e (sobretudo) animais domésticos decorre principalmente ao longo da década de 1870. Pouco antes, já pré-historiadores – como, por exemplo, Edouard Lartet (1861) – vinham chamando a atenção para a observação segundo a qual a presença de animais domésticos era tardia dentro dos esquemas que então se construíam sobre a evolução cultural no continente europeu, mas sem desenvolvimento dessa constatação².

Dois nomes emergem naquele processo. Um é o pré-historiador francês Gabriel de Mortillet, em particular com o seu trabalho sobre a “classification des diverses périodes de l’âge de la pierre”, apresentado à sexta sessão do *Congrès International d’Anthropologie et d’Archéologie Préhistoriques* (Bruxelas, 1872). Aqui, o autor redefine o faseamento interno do Paleolítico rejeitando as nomenclaturas de base paleontológica, e propõe para a última das idades da pedra a designação de Robenhausiense a partir do sítio suíço epónimo de Robenhausen (Zurique). E é na definição deste período, tal como proposta, que vemos uma das formulações mais precoces do que se viria muito mais tarde a apelidar de “pacote neolítico”: “*Avec le Robenhausien, ont*

² Segundo E. Lartet, a introdução de animais domésticos terá tido lugar somente em etapas muito tardias, talvez com o megalitismo mas seguramente pouco anteriores à romanização; nas palavras do próprio, “*Nous venons de voir d’ailleurs que, dans les dolmens explorés par M. Delpon (du Lot), il a été trouvé des ossements de Boeuf, de Cheval, de Mouton, toutes espèces probablement domestiquées. C’est également aux mêmes espèces que revenaient la plupart des ossements de provenance analogue que j’ai eu occasion d’examiner. Or, de l’aveu même des ethnographes du Nord, c’est aux peuples à métaux, aux Celtes et aux Germains venus de l’Orient, qu’il faut attribuer l’introduction de nos principales races domestiques*” (LARTET, 1861, p. 243).

apparu non seulement les instruments en pierre polie, mais encore le poterie, les monuments, dolmens et menhirs, les animaux domestiques et l'agriculture. C'est donc un changement complet" (MORTILLET, 1872, p. 441).

O outro autor é o geólogo e paleontólogo belga Edouard Dupont, que se dirige à sessão seguinte daquele congresso (Estocolmo, 1874) com uma comunicação sobre a domesticação de animais em época pré-histórica. Aí defende explicitamente que:

"L'un des problèmes qui me paraît avoir le plus d'importance pour l'ethnographie ancienne de l'Europe occidentale, est la détermination de l'époque où nos populations arrivèrent à posséder des animaux domestiques. L'assujétissement des animaux par l'homme fut incontestablement un grand progrès pour l'humanité. Ce progrès serait même digne de caractériser une phase de la civilisation et de servir de point de repère dans la série des développements que l'humanité eut à traverser" (DUPONT, 1878, p. 818).

Augusto Fillipe Simões, na sua "Introdução à archeologia da Peninsula Ibérica", incorporará rapidamente estes desenvolvimentos teóricos, obtidos diretamente a partir dos autores acima citados. Numa importante tabela, que intitula "classificação da idade da pedra" (SIMÕES, 1878, p. 26), onde cada época é definida em função de caracteres zoológicos e industriais – e onde, interessantemente, surge já a época mesolítica – vemos o Neolítico definido, respetivamente, pelos "animas domésticos ainda hoje companheiros do homem" e pelos "instrumentos em pedra polida". Porém, as extensas considerações seguintes serão dedicadas àqueles caracteres industriais, às grutas e dólmenes, mas não ao aprofundamento do papel de plantas e animais nesta época da Pré-História.

A primeira – e, como se verá, quase única – abordagem desenvolvida aos modos de vida e à subsistência dos povos neolíticos na investigação oitocentista será levada a cabo por Carlos Ribeiro, também em 1878, portanto uma década depois da publicação de Pereira da Costa, a propósito do estudo que fez do primeiro povoado neolítico tratado neste período da investigação arqueológica em Portugal. Trata-se da "estação humana de Licêa" (Oeiras), como o próprio intitula (RIBEIRO, 1878), e onde de algum modo vemos que se supre a lacuna representada pela inexistência no nosso território de contextos equivalentes aos de tipo palafítico dos Alpes suíços, a que os autores nesta época tão frequentemente faziam referência. Este estudo de C. Ribeiro seria reeditado mais tarde, em 1991, por coincidência nas páginas do primeiro volume desta mesma revista. Importa também referir que, graças ao esforço recente de investigação naquele sítio por J. L. Cardoso, que seria exaustivo desenvolver aqui, sabemos hoje serem bem mais amplas e diversificadas as realidades de Leceia, mas que incluem de facto uma presença neolítica, de finais do IV milénio a.C., hoje já bem documentada em diversos aspetos do seu registo.

Efetivamente, C. Ribeiro começa por descrever a implantação de Leceia, as estruturas construídas e, a partir deste enquadramento, trata depois sucessivamente da classificação e análise dos objetos encontrados. É na secção intitulada "*descrição dos instrumentos e utensílios de pedra da estação de Licêa*" que encontramos a proposta da sua classificação cultural, a qual é atribuída ao Neolítico face à descoberta de diversos instrumentos em pedra, entre os quais "[...] *os machados ou hachas, as facas, pontas de flexa e de lança, e varios objectos de pedra polida com formas especiaes e de acabamento mais perfeito, e que de maneira alguma poderão confundir-se com os typos de idade paleolithica*" (RIBEIRO, 1878, p. 17). A cronologia do povoado de Leceia ficou assim imediatamente estabelecida pelo autor com base nos critérios definidos no "sistema das três idades" de C. Thomsen. Como o próprio dirá páginas à frente, depois de descrever a indústria cerâmica e os achados faunísticos (RIBEIRO, 1878, p. 63 e 64, respetivamente), "[a] *prova de que a estação de Licêa data de época neolithica, está no proprio facto da presença de instrumentos de pedra polida e na completa ausência de objectos fabricados de cobre, de bronze e de ferro*", sendo que o autor discorrerá de seguida acerca da possibili-

dade, que defende segundo um mesmo raciocínio de evolução tecnológica, que viria aliás a obter confirmação nos trabalhos mais recentes, da existência de “*duas civilizações prehistoricas em Licêa, que se sobrepozeram; uma evidentemente da época da pedra polida, e outra talvez da transição d’esta para a idade de bronze [...].*”

A questão que se coloca então é a de avaliarmos, neste raciocínio de C. Ribeiro, qual o papel desempenhado pelos restos faunísticos, aliás diversos e numerosos (RIBEIRO, 1878, p. 47-54). Em primeiro lugar, assinala-se que o mesmo procede detidamente à sua classificação taxonómica, discute algumas questões em termos que se podem considerar de perfeita atualidade (p. ex., o problema da distinção entre cabra e ovelha ou a questão da domesticidade dos suínos), para finalmente listar as espécies de moluscos marinhos e vertebrados terrestres que encontrou. Neste processo analítico, o autor chega mesmo a lamentar-se, a pp. 50, de que “[...] *falta-nos o auxílio do estudo da zoologia do período da pedra polida, que infelizmente ainda não pôde encetar-se entre nós, a fim de se compararem mesmo dentro dos estreitos limites onde pôde ser feito, e se conhecerem as alterações e diferenças produzidas pela domesticidade e pela civilização nas especies recentes mais communs no paiz desde o começo do indicado período*”.

Algumas linhas são dedicadas também à questão da agricultura em Leceia. Neste ponto, C. Ribeiro parece estabelecer precocemente um preceito interpretativo que veremos depois utilizado de forma recorrente ao longo de todo o século XX. Trata-se da dedução segundo a qual as práticas agrícolas terão feito parte da economia neolítica, mesmo que indícios diretos das mesmas – leia-se, os restos botânicos – não sejam encontrados em escavação, mas tão-somente os utensílios supostamente utilizados nas mesmas; em particular, os utensílios fabricados em pedra polida que definem o novo período. Os termos em que C. Ribeiro se refere a este problema são, pois, os seguintes:

“Passando outra ordem de considerações diremos, que nenhum facto ou dado ethnographico e directo possuímos, que nos prove ter existido a pratica da cultura da terra durante a primitiva occupação de Licêa; e é só por inducção que ousamos aventar a opinião de que os primitivos homens d’esta estação tivessem possuido alguns rudimentos d’esta arte” (RIBEIRO, 1878, p. 67).

Esta dedução servirá igualmente, como se verá adiante, para defender a ideia da menor representatividade ou peso da agricultura face à pastorícia, quando não mesmo da sua inexistência em determinados contextos ou momentos concretos do desenvolvimento do Neolítico. Só não se pode dizer que é uma ideia que ganhará raízes e fará história porque, como se verá, o impacto desta componente da obra de C. Ribeiro é reduzido na sua época e será depois praticamente ignorado em quase todo o século XX.

Todas estas considerações de C. Ribeiro sobre os modos de vida das populações instaladas em Leceia são verdadeiramente únicas nos trabalhos pré-históricos então realizados em Portugal. O próprio J. Nery Delgado, que consignará diversas páginas dos seus trabalhos ao estudo de múltiplos aspetos das populações neolíticas, não faz da presença de economia de produção um elemento estruturante do entendimento desse passado. Quando apresenta a Gruta da Furninha ao congresso de Lisboa em 1880 lista os géneros faunísticos encontrados, explica que estes se encontravam misturados com os restos humanos, que predominam os pequenos ruminantes, e que apresentam o mesmo tipo de fratura intencional observada naqueles, o que o leva a equacionar a possibilidade de que o canibalismo tenha assumido forte importância alimentar. Nas suas palavras,

“Le cannibalisme était-il si invétéré chez ces sauvages qu’ils préféraient la chair humaine à tout autre genre de nourriture à leur portée, ou bien la réunion accidentelle de la tribu dans la grotte a-t-elle déterminé ce choix exclusif? Nous ne saurions le décider” (DELGADO, 1884, p. 226).

Porém, não discorre sobre a importância económica dos restos faunísticos.

Será com as sínteses subsequentes de É. Cartailhac e de J. Leite de Vasconcelos que se encontram algumas considerações, mais desenvolvidas no segundo caso, sobre o papel da criação de animais e do cultivo de plantas em época neolítica. Mas ambos recorrerão unicamente a C. Ribeiro e ao seu trabalho sobre Leceia. O primeiro autor faz apenas uma síntese dos achados no sítio oirense (CARTAILHAC, 1886, p. 68-69) e Leite de Vasconcelos, quando trata o “*período neolítico*” nas “Religiões da Lusitânia”, vai somente citar a p. 67 da obra de C. Ribeiro sem nunca desenvolver o tópico nem a importância desta transição económica para a definição do próprio período:

“A ocupação do homem nos tempos neolíticos póde em parte inferir-se das reliquias da sua indústria, e dos ossos dos animais seus companheiros. A julgar pelos restos de varios animais, como o boi, o carneiro, parece que já se praticava a domesticidade d’estes; talvez já também se praticasse a agricultura, pelo menos em alguns pontos. Noutros o homem viveria principalmente da caça e da pesca: com effeito, são muito numerosos os restos de coelho, mariscos, etc., encontrados em estações humanas, e que servião sem dúvida para alimentação d’elle” (VASCONCELOS, 1897, p. 59-60).

Na linha destes seus contemporâneos, Estácio da Veiga irá também tecer algumas considerações acerca da agricultura e criação de animais no Neolítico. No volume I (“Tempos pré-históricos”) das “Antiguidades monumentais do Algarve”, com efeito, discorre acerca da agricultura de “*diversos trigos e cevadas*”, do linho, e dos modos de processamento destes recursos, assim como da domesticação de animais, e avança mesmo com a ideia da produção de bebidas fermentadas a partir de frutos silvestres e o aproveitamento de laticínios; como o próprio diz,

“[a] domesticação da vacca, da cabra e da ovelha produziu outros alimentos, que bem parece terem sido utilizados. Não só o leite puro seria aproveitado, como com elle se preparariam coalhadas para serem comidas em fresco, ou curadas ao ar para produzirem o queijo, que mui provavelmente se guardaria entre as provisões de reserva” (VEIGA, 1886, p. 138).

Entrados no século XX, o foco dos estudos e das considerações produzidas acerca do Neolítico em Portugal centra-se no entendimento do seu faseamento interno – em que o trabalho de A. Santos Rocha é verdadeiramente notável (ROCHA, 1908) – e na descrição de aspetos das respetivas produções materiais, principalmente cerâmicas e líticas. O Neolítico é entendido como uma etapa concreta da evolução tecnológica, sem se explicitar ou desenvolver questões de economia de subsistência. Mesmo na sua síntese sobre a região da Figueira da Foz (ROCHA, 1900), não aborda esta questão. Nestes primeiros anos do novo século, é M. Vieira da Natividade quem produz algumas considerações que buscam uma caracterização, em moldes já adjetivados anteriormente (CARVALHO, 2018), dos modos de vida neolíticos:

“Trazia como prendas: – rudimentares conhecimentos de cerâmica, a arte de talhar o sílex, de polir os machados, de cortar e alindar o osso, e de gravar na loiça vagos esboços de ornamentação. Caçava o veado, o lobo, o javardo, que sustava na carreira com um tiro de flecha bem dirigido, e que acabava a golpes de lança ou porventura de grandes maçãs de pau ou de pedra. [...] Durante longos séculos por ahí foi arrastando a sua vida, entre as crupezas da caça e, raras vezes, entre as curiosidades da pesca. A agricultura, com seguros conhecimentos de panificação, surge numa phase muito pouco nitida do homem [...]” (NATIVIDADE, 1901, p. 11-13).

O trabalho de C. Ribeiro em Leceia já não entra nas considerações destes autores.

O mesmo é verdade em autores subsequentes. A década de 1920 assiste à publicação de um conjunto muito relevante de trabalhos de cariz monográfico e o ano de 1921, em particular, vê serem publicadas duas obras-chave para outras tantas áreas megalíticas do nosso País, “*El Neolítico de Pavia*” de Vergílio Correia e as “*Antiguidades pré-históricas de Lafões*” de A. de Amorim Girão. Porém, em nenhuma se encontra qualquer discussão acerca da economia de subsistência das sociedades que construíram os monumentos estudados. Quando trata das escavações que empreendeu no Castelo de Pavia (ou “*Castillo*”, no original...), V. Correia é omissivo quanto a achados faunísticos ou botânicos, e apenas refere a farinação de cereais a propósito do achado de mós manuais. Também os apontamentos inéditos do segundo autor, onde encontramos o esboço de algumas reflexões acerca do megalitismo (BETTENCOURT, 1989), nada contém a respeito deste tema. E as duas sínteses que A. Mendes Correia publica sucessivamente ao longo desta década, “*Os povos primitivos da Lusitânia*” e “*A Lusitânia pré-romana*” (CORREIA, 1924, 1928), não diferem das obras anteriores mesmo quando as “povoações neolíticas e eneolíticas” são explicitamente tratadas.

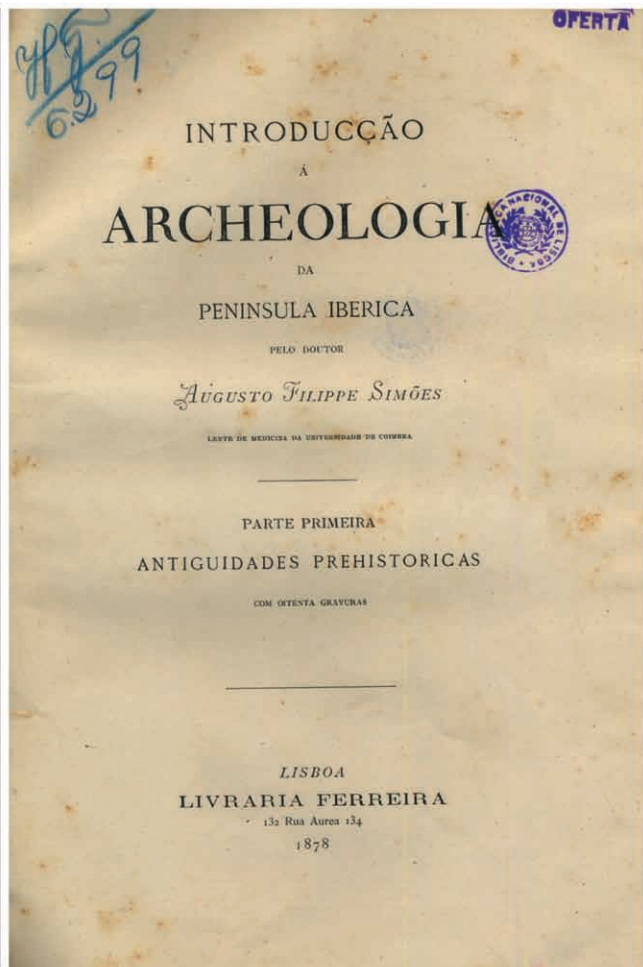
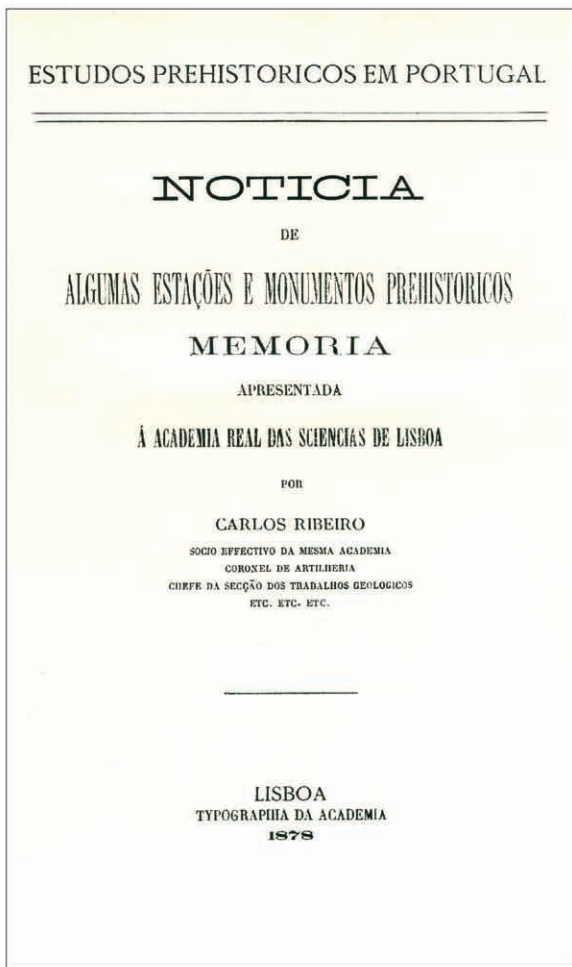


Fig. 2 - “*Notícia de algumas estações e monumentos prehistóricos*”, por Carlos Ribeiro (1878), reproduzida a partir da reedição da Câmara Municipal de Oeiras (Estudos Arqueológicos de Oeiras, n.º 1, 1991, com notas e comentário por João Luís Cardoso), e “*Introdução à archeologia da Peninsula Iberica*”, por Augusto Fillipe Simões (1878).

4 – O NEOLÍTICO COMO “VIDA PASTORIL”

“Machados e enxós permitem admitir uma agricultura incipiente como actividade económica desta fase. Porém, os meios de subsistência deviam basear-se predominantemente na pastorícia.” (V. LEISNER, 1966, p. 11 da tradução portuguesa de 1983)

A observação de que o surgimento de pedra polida e cerâmica, elementos definidores do período neolítico, teria coocorrido com o aparecimento de animais e plantas domésticos é uma evidência empírica que se consolida na década de 1870, como se viu acima. Portanto, a ideia por vezes difundida segundo a qual a correlação conceptual entre Neolítico e domesticação se deve a V. Gordon Childe não é historicamente correta; o estabelecimento desta correlação é-lhe anterior. O que este autor faz é desenvolvê-la em termos de análise económica – e seu impacto sobre as formas de organização social e tendências demográficas – nas diversas sínteses que redige na passagem da década de 1920 para 1930, e que culminarão na formulação da teoria da “revolução neolítica”. *“Childe sought to emulate the work of economic historians by searching for broad economic trends in prehistory, in terms of which specific instances of diffusion might be explained. He presented the results of this research in three books: ‘The most ancient East’ (1928), ‘The Bronze Age’ (1930), and ‘New light on the most ancient East’ (1934). [...] In ‘New light on the most ancient East’, which was written after a visit to major archaeological excavations in Iraq and the Indus Valley, Childe synthesized and elaborated the arguments advanced in his two previous books. He maintained that two revolutions had occurred in prehistoric times in the Near East that were equivalent in their importance to the Industrial Revolution. These were the transition from food-collecting to food-producing and from self-sufficient food-producing villages to urban societies”* (TRIGGER, 2006, p. 151, 253). É portanto neste momento, com Childe, que se introduz o termo “revolução” para caracterizar algo que se vê como uma transformação profunda das sociedades humanas, um conceito elaborado em termos que acabarão por ser aceites pelos seus contemporâneos, percorrer todo o mundo da arqueologia histórico-cultural, e perdurar no debate científico até à atualidade.

É, portanto, também este o momento em que poderemos apreciar o impacte que o pensamento de Childe terá tido no meio arqueológico nacional de então. Saliente-se, desde já, que os títulos citados antecedem a sua primeira publicação em língua portuguesa, dada à estampa logo em 1947 sob o título de *“O Homem faz-se a si próprio”* (CHILDE, 1947), mas que na realidade reúne não só o título homónimo *“Man makes himself”* (2.^a ed., 1940), como também *“What happened in History”* (1942) e *“Progress and Archaeology”* (1944). E, como se pode verificar ao consultar a edição portuguesa, a identificação do Neolítico com a noção de produção de alimentos já aí está bem presente e consolidada, ao ponto de em nenhuma passagem se apreciar sequer a discussão mais teórica desta nova perspetivação do período. Portanto, os pré-historiadores portugueses tinham já à sua disposição estas novas perspetivas teóricas e, assim, a possibilidade de explorar as realidades do nosso território sob este prisma. Porém, raramente assim aconteceu.

Conquanto não seja objetivo deste texto aprofundar esta questão, a razão para a ausência daquele conceito de Neolítico na nossa investigação arqueológica da época poderá residir num facto duplo. Por um lado, no desinteresse generalizado do meio académico pelo estudos pré-históricos. Relembremo-nos das palavras de J. Verissimo Serrão, no prefácio da *“Pré-História de Portugal”* publicada pela Verbo (CARDOSO, 2002), que parecem ilustrar de forma muito clara esse estado de coisas. Segundo o autor – que, de acordo com o mesmo, fez parte da “geração de 1943-1948” na Universidade de Coimbra (portanto, abarcando o ano de publicação daquela tradução de Gordon Childe) –, *“[a] recusa em mergulhar nas origens longínquas do homem provinha de variados factores, entre os quais a de não contarmos nenhum especialista no quadro docente, com a possível*

exceção do Doutor Virgílio Correia, todavia mais voltado para os domínios da História da Arte. Vinha também da antiga tradição de se ligar o início da História ao uso da escrita, ao ponto de situar no século XIII a.C., com a chegada dos Dórios à Península Helénica, a aurora de um novo tempo no curso da Humanidade. E, desta forma, se quedavam envoltas numa espécie de nevoeiro impossível de desvendar. Não estou a caricaturar uma situação universitária, mas apenas a relembrar um ambiente não propício aos estudos da Pré-História, por carência da paixão que aos mestres incumbe despertar nos discípulos. [...] Insisto que sem os estímulos conducentes a uma entrega do espírito ao mundo do intelecto, não se tornava possível, como hoje ainda sucede, abrir as portas de qualquer actividade criadora.” Naturalmente, este panorama, desenhado para a universidade coimbrã, não se transporá rigorosamente para as restantes universidades portuguesas, mas sabemos também que não existiram, a este nível, diferenças significativas entre elas.

Uma segunda razão para a difícil penetração do pensamento childeano nos estudos neolíticos portugueses poderá talvez radicar na presença de Georg e Vera Leisner, que pautaram fortemente a investigação a partir dos anos de 1930. Não é fácil determinar até que ponto terá sido a sua influência a marcar o pensamento dos pré-historiadores portugueses a respeito das práticas de subsistência em época neolítica, mas o facto é que emerge a partir deste momento, e com estes autores alemães, uma interpretação segundo a qual a agricultura e a pastorícia são efetivamente elementos caracterizadores deste período mas sobressaindo uma ideia geral que se configurará como estruturante durante todas as décadas subsequentes – e mesmo até aos dias de hoje – e que é a seguinte:

- Em primeiro lugar, que o Neolítico corresponde a uma fase em que a agricultura *pode* estar presente, mas a caracterização do período, designadamente com o megalitismo, assentará em práticas pastoris. Estaremos, assim, perante sociedades ainda essencialmente móveis e sem habitats estáveis, uma perspectiva que encontramos pela mesma época de forma muito vincada também em Espanha, graças a Bosch-Gimpera (1932).
- Em segundo lugar, que a plena sedentarização se encontra associada aos construtores de povoados fortificados (portanto, já na idade dos metais) e que é só neste momento que surge, pela primeira vez em época pré-histórica, uma agricultura plenamente afirmada.

Esta última ideia cimentar-se-á a partir do achado de abundantes sementes em Vila Nova de S. Pedro (Azambuja) durante os trabalhos aí conduzidos entre as décadas de 1930 e 1950 por Afonso do Paço e seus sucessivos colaboradores, principalmente Eugénio Jalhay (p. ex., PAÇO & JALHAY, 1945). O estudo daqueles restos, levado a cabo pelo botânico A.R. Pereira da Silva, que realizaria também diversos estudos de colaboração com outros arqueólogos a partir desse momento, acabaria publicado pelo próprio escavador (PAÇO, 1954). Nesta publicação, o autor passa em revista as “sementes pré-históricas provenientes de escavações portuguesas anteriores a Vila Nova de S. Pedro”, como o próprio intitula, e apresenta o amplo leque de espécies identificadas naquele sítio: fava, trigo, cevada, linho e bolota, esta última selvagem. Este leque de espécies é de facto testemunho de práticas agrícolas diversificadas, entre as quais se deteta uma agricultura mista que inclui leguminosas e cereais. A. do Paço dedicaria também alguns parágrafos acerca das técnicas e dos instrumentos possivelmente utilizados nas respetivas tarefas, que é interessante rever. Embora refira que “[n]ão sabemos se os habitantes do castro de Vila Nova de S. Pedro possuíam ou não algum arado rudimentar [...]”, o achado de machados (“alguns muito rombos”), de fragmentos de facas em sílex (que “encastoados numa haste curva de madeira ou chavelho, produziriam excelentes foicinhas”) e de elementos de moagem (“encontra-se no nosso castro uma profusão de mós”) sugerem-lhe de facto a produção e consumo de cereais sob diversas formas:

“Foi nesta fase que, por adição de cereais triturados ou farinados, se chegou ao conhecimento de uma papa que por muito tempo constituiu a alimentação exclusiva do homem. Êste cozimento, tornando-se mais compacto, levaria mais tarde ao fabrico do pão” (PAÇO, 1954, p. 329-335).

Como apontamento, mas contudo muito relevante para se entender como estes elementos empíricos viriam a determinar a própria concepção do Neolítico no nosso país, refira-se que aquela revisão dos achados de sementes feita por A. do Paço incluiu os sítios de Pepim, em Amarante (PINHO, 1931), Gruta das Redondas, em Alcobaça (NATIVIDADE, 1901), Outeiro da Assenta, em Óbidos (PEREIRA, 1914), e a Lapa da Rotura, em Setúbal (COSTA, 1903). Estes sítios, a par de Vila Nova de S. Pedro, viriam assim a ser entendidos ao longo do século XX como pertencendo genericamente ao “Neo-Eneolítico”, não podendo portanto ser correlacionados de forma direta com o período neolítico propriamente dito. Porém, passaram a representar uma espécie de arquétipo de tudo aquilo que durante o Neolítico ainda não se disporia em termos de práticas agrícolas e produtos cultivados, ideia que os posteriores achados botânicos calcolíticos do Zambujal (Torres Vedras) viriam a reforçar ainda mais (HOPF, 1981).

Inversamente ao caso dos restos botânicos, já o estudo das faunas de Vila Nova de S. Pedro não ultrapassaria a simples enumeração das espécies presentes. Por exemplo, no extenso artigo de balanço dos trabalhos acima referido, A. do Paço e E. Jalhay procedem apenas à listagem das espécies, que haviam sido classificadas por Henri Breuil, adicionando-lhes tão-somente um brevíssimo comentário acerca da sua presença relativa no sítio (“rara”, “abundante”, “muito abundante”), para concluir: *“Se ve pues, que la carne que más comían era la de ciervo, toro y jabalí, y acaso también de caballo”* (PAÇO & JALHAY, 1945, p. 257 da reedição portuguesa de 1971).

Em suma, o achado de vestígios botânicos e faunísticos em contexto neolítico continuava, salvo alguns eventuais achados singulares e pouco representativos, essencialmente ausente. Vila Nova de S. Pedro pontificava como referência daquilo que se constituiria como o desenvolvimento posterior, já “eneolítico”, face a um quadro neolítico assente numa base unicamente conjectural, sem suporte empírico. E é este o contexto, mais especulativo que empiricamente fundamentado, em que o casal Georg e Vera Leisner laboraria – ou, pode dizer-se com toda a propriedade, ajudaria mesmo a construir. O que fazem constar em diversos dos seus trabalhos é a dedução do carácter eminentemente pastoril da economia em época neolítica, como referido atrás. Uns parágrafos importantes que ilustram muito bem esta ideia encontramos-os nas “Antas do concelho de Reguengos de Monsaraz”, onde afirmam textualmente o seguinte:

“Embora faltem provas seguras sobre o estado económico do povo megalítico na primeira fase cultural [neolítica], o próprio habitat deixa supor uma vida pastoril, e o facto de terem sido encontradas enxós, já nesta fase, leva-nos a crer que já tivesse iniciado o amanho da terra. A escassez de cerâmica nos pequenos dólmenes vem confirmar esta hipótese. [...] A actividade agrícola intensifica-se no período eneolítico das antas, como se prova pelos moinhos de mão, pelos sílices de foices e pela abundância de cerâmica” (LEISNER & LEISNER, 1951, p. 15).

O peso da “indução”, como dissera C. Ribeiro, construída a partir de dados indiretos, é determinante no pensamento dos autores a este respeito. Mesmo anos mais tarde, V. Leisner irá aprofundar aquela ideia mas agora fortemente baseada numa classe de instrumentos particulares que correlaciona com as práticas agrícolas e pecuárias: os machados e enxós em pedra polida.

“Machados e enxós permitem admitir uma agricultura incipiente como actividade económica desta fase [neolítica]. Porém, os meios de subsistência deviam basear-se predominantemente na pastorícia. Uma recolha documental de grande número de machados cilíndricos e respectiva distribuição em Portugal deu como resultado que a sua principal zona de difusão se situa no Sudoeste e no Ocidente, isto é, a Sul do Tejo, onde, a par dos achados funerários, inúmeros achados isolados nos campos deixam considerar a possibilidade de, além dos sepulcros de câmara, terem existido outros simplesmente abertos na terra. [...] As peneplanícies do Alentejo são ainda hoje a região mais importante na criação de porcos e ovelhas. Isto poderia apoiar a teoria de Menghin³, que supõe haver uma conexão entre o machado cilíndrico e a criação de porcos” (LEISNER, 1966, p. 11 da tradução portuguesa de 1983).

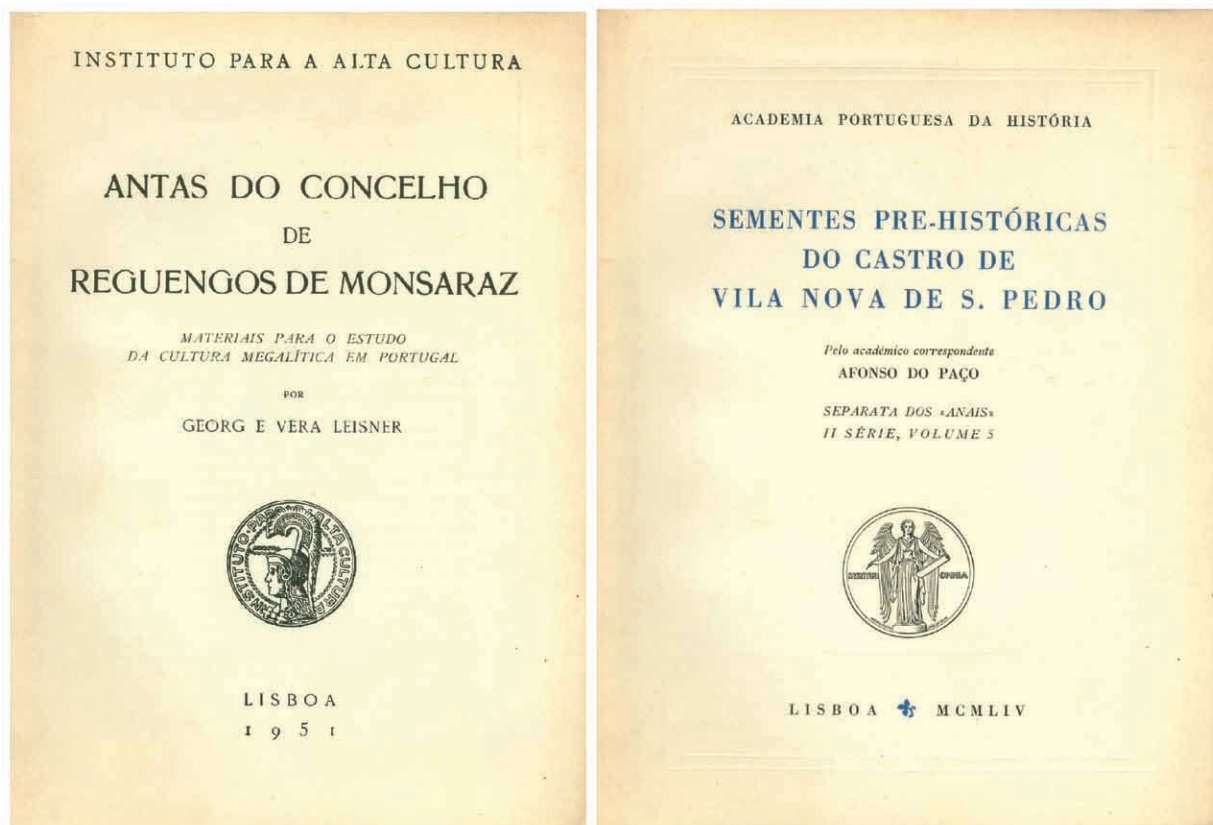


Fig. 3 – “Antas do concelho de Reguengos de Monsaraz”, por Georg e Vera Leisner (1951), e “Sementes Pré-Históricas do Castro de Vila Nova de S. Pedro”, por Afonso do Paço (1954).

Esta ideia do maior pendor pastoril durante o Neolítico perpassará praticamente todo o século XX na caracterização do período, em particular na fase correspondente ao surgimento e desenvolvimento inicial do megalitismo. Esta tendência interpretativa observa-se nos escritos de autores portugueses, mas encontramos-a também adotada por autores espanhóis; por exemplo, por P. Bosch-Gimpera, que se refere ao primeiro período da “cultura megalítica portuguesa” como sendo constituída por construtores de megálitos que “pertencem a uma población certamente agrícola pero acaso predominantemente pastora [...]” (BOSCH-GIMPERA, 1966, p. 265). É possível defender a ideia de que este estado de coisas se deverá em grande medida a uma causa dupla, mas em que o papel dos Leisner parece estar sempre presente e ser mesmo determinante:

- por um lado, uma investigação de campo virada para a escavação de contextos cársicos ou megalíticos, deixando de lado a investigação de contextos habitacionais, onde evidências botânicas e faunísticas estarão melhor representadas;
- por outro lado, o peso da arqueologia histórico-cultural, que fornece um quadro interpretativo já formado e preestabelecido, que não é questionado – isto é, o período neolítico como correspondendo ao aparecimento das primeiras formas de agricultura e pastorícia.

5 – EPÍLOGO

O panorama acima descrito será de facto aquele que iremos encontrar em obras de síntese sobre a Pré-História de Portugal à entrada do último quartel do século XX. Como referido em trabalho anterior acerca da definição do Neolítico Antigo em Portugal (CARVALHO, 2018), o “*Spain and Portugal*” de Hubert N. Savory segue muito de perto, em diversos dos seus aspetos interpretativos, as teses de P. Bosch Gimpera. E isso vê-se, uma vez mais, no tópico particular do advento e caracterização do período neolítico, onde o autor galês admite “[...] a possibilidade de algumas comunidades utilizadoras de micrólitos [i.e., mesolíticas] da Espanha mediterrânica estarem já, na realidade, num certo grau de neolitização por volta de 6000 a. C.” (SAVORY, 1968, p. 67 da edição portuguesa), possibilidade que se baseia expressamente no então recente achado de ossos de ovelha doméstica em contexto tardenoisense no abrigo francês de Châteauneuf-les-Martigues (ESCALON DE FONTON, 1956), que então iniciava o movimento, referido na introdução, de identificação de supostos processos de domesticação em contexto pré-neolítico no continente europeu (ver acima). E nada mais acrescenta acerca do estatuto económico dos primeiros neolíticos, ou mesmo a propósito do megalitismo, para além de uma breve referência à prática de uma “agricultura mista” durante a “*Cultura de las Cuevas*”.

Na década de 1970, e na passagem para a seguinte, surgem duas Pré-Histórias de Portugal, assinadas por pré-historiadores que detinham um vasto conhecimento das realidades arqueológicas do nosso País, tendo eles mesmos em diversos casos procedido à escavação de alguns dos sítios arqueológicos que fundamentariam as ideias expostas nos seus trabalhos. A primeira é devida a M. Farinha dos Santos. Na visão deste autor, o Cardial é a entidade responsável pela expansão neolítica desde o litoral sírio-palestino até à Península Ibérica, uma perspetiva que o mesmo defendia – inclusivamente para o caso da Gruta do Escoural, que escavara na década anterior (SANTOS, 1971) – com base, ao que se pode supor, uma vez que não são citados, nos trabalhos então desenvolvidos por M. Dunand em Biblos (Líbano), que erroneamente havia classificado algumas cerâmicas impressas deste sítio como de tipologia cardial (DUNAND, 1961). As referências aos modos de subsistência são vagos e tratados rapidamente, preferindo o autor desenvolver questões relacionadas com produções artefactuais, arquiteturas, práticas funerárias ou – tema caro ao mesmo – a arte pré-histórica. A principal passagem que faz referência à subsistência diz que

“Um pouco por toda a parte, embora sem contextos rigorosamente definidores, a civilização neolítica aflora em múltiplas manifestações, de norte a sul do país, através das peças polidas associadas a micrólitos e à cerâmica, evidenciando a sua fase predominantemente pastoril ou uma intensa actividade mista, com o cultivo de cereais e criação de gado” (SANTOS, 1974, p. 37-39).

Da mesma forma, a síntese seguinte, de O. da Veiga Ferreira e M. Leitão, parte da noção de que o Neolítico se define pela “[...] descoberta dos meios de controlar e desenvolver as fontes naturais de alimentação, pela

criação dos animais e pela agricultura, [que] mudou radicalmente o estilo de vida dos caçadores-pescadores-recolectores e permitiu a sedentarização” (FERREIRA & LEITÃO, 1981, p. 145). Porém, uma vez mais, esta ideia não é desenvolvida e o ênfase é colocado nos inventários arqueológicos, na listagem exaustiva dos sítios onde estes se manifestam em território português, e numa proposta de faseamento interno do período. Entre os diversos sítios desta fase indicados vemos então reaparecer o “Castro de Liceia, Barcarena (Oeiras)” e o nome de C. Ribeiro. O círculo fechou-se.

REFERÊNCIAS

- ARNAUD, J. M. (1982) – Néolithique ancien et processus de néolithisation dans le Sud du Portugal. *Colloque International de Préhistoire sur le Néolithique ancien méditerranéen*. Montpellier (Archéologie en Languedoc; N.º Spécial), p. 29-48.
- BETTENCOURT, A. M. S. (1989) – Inéditos de Amorim Girão, 1. *Arqueologia*. 20, p. 160-165.
- BOSCH-GIMPERA, P. (1932) – *Etnología de la Península Ibérica*. Barcelona: Alpha.
- BOSCH-GIMPERA, P. (1966) – Cultura megalítica portuguesa y culturas españolas. *Revista de Guimarães*. 76: 3-4, p. 249-306.
- CARDOSO, J. L. (2002) – *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Verbo.
- CARTAILHAC, É. (1886) – *Les âges préhistoriques de l’Espagne et du Portugal*. Paris: Ch. Reinwald Librairie.
- CARVALHO, A. F. (2018) – De Cartailhac a Guilaine. A definição de uma fase “antiga” no Neolítico de Portugal. In CARDOSO, J. L., dir. – *Volume comemorativo do XXX aniversário do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, 1988-2018*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras (Estudos Arqueológicos de Oeiras; 24), p. 141-156.
- CHAMPION, T.; GAMBLE, C.; SHENNAN, S. & WHITTLE, A. (1984) – *Prehistoric Europe*. London: Academic Press.
- CHILDE, V. G. (1947) – *O Homem faz-se a si próprio (O progresso da Humanidade desde as suas origens até ao fim do Império Romano)*. Lisboa: Cosmos (A Marcha da Humanidade; 1).
- CLARKE, D. (1976) – Mesolithic Europe: the economic basis. In SIEVEKING, G.; LONGWORTH, J. K. & WILSON, K. E., eds. - *Problems in economic and social archaeology*. London: Duckworth, p. 449-481.
- CORREIA, A. A. M. (1924) – *Os povos primitivos da Lusitânia (Geografia, Arqueologia, Antropologia)*. Porto: Tipografia Sequeira Lda.
- CORREIA, A. A. M. (1928) – A Lusitânia pré-romana. In PERES, D. (dir.), *História de Portugal*, vol. I. Barcelos: Portucalense Editora Lda., p. 75-214.
- CORREIA, V. (1921) – *El Neolítico de Pavia (Alentejo, Portugal)*. Madrid: Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas (Memoria; 27).
- COSTA, A. I. M. (1903) – Lapa da Rotura. *O Archeologo Português*. VIII, p. 267-271.
- COSTA, F. A. P. (1868) – *Noções sobre o estado prehistórico da Terra e do Homem seguidas da descrição de alguns dolmens ou antas de Portugal*. Lisboa: Academia Real das Sciencias.
- DANIEL, G. (1967) – *The origins and growth of Archaeology*. London: Penguin Books.

- DELGADO, J. F. N. (1884) – La Grotte de Furninha a Peniche. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques. Compte Rendu de la Neuvième Session à Lisbonne*. Lisbonne: Académie Royale des Sciences, p. 17-278.
- DENHAM, T.; IRIARTE, J. & VRYDAGHS, L., eds. (2007) – *Rethinking agriculture. Archaeological and ethnoarchaeological perspectives*. Walnut Creek: Left Coast Press (One World Archaeology; 51).
- DENNEL, R. W. (1985) – *European economic prehistory. A new approach*. London / New York: Academic Press.
- DINIZ, M. (2006-2007) – O Neolítico Antigo em Portugal. Contributos para uma historiografia do tema. *Arqueologia e História*. 58-59, p. 17-34.
- DUNAND, M. (1961) – Rapport préliminaire sur les fouilles de Byblos en 1958. *Bulletin du Musée de Beyrouth*. 16, p. 75-79, 81-85.
- DUPONT, E. (1878) – Sur les animaux domestiques pendant les temps préhistoriques. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques. Compte Rendu*, vol. 2. Stockholm, p. 818-833.
- ESCALON DE FONTON, M. (1956) – Préhistoire de la Basse Provence. *Préhistoire*. 12, p. 162.
- FIOLHAIS, C. (2014) – *História da ciência em Portugal. Da universidade medieval à entrada na União Europeia, passando pelos Descobrimentos e pelo Iluminismo*. Lisboa: Gradiva.
- GEDDES, D. (1983) – Neolithic transhumance in the Mediterranean Pyrenees. *World Archaeology*. 15:1, p. 51-66.
- GIRÃO, A. A. (1921) – *Antiguidades pré-históricas de Lafões. Contribuição para o estudo da arqueologia portuguesa*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- HOPF, M. (1981) – Pflanzliche reste aus Zambujal. In SANGMEISTER, E.; SCHUBART, H., eds. – *Zambujal, die Grabungen 1964 bis 1973*, vol. 1. Mainz am Rhein: Verlag Philipp Von Zabern (Madrider Beiträge; 5), p. 315-340.
- LARTET, E. (1861) – Nouvelles recherches sur la coexistence de l'Homme et des grands mammifères fossiles réputés caractéristiques de la dernière période géologique. *Annales des Sciences Naturelles: Zoologie*. 15, p. 177-253.
- LEISNER, G.; LEISNER, V. (1951) – *Antas do concelho de Reguengos de Monsaraz. Materiais para o estudo da cultura megalítica em Portugal*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura.
- LEISNER, V. (1966) – Die verschiedenen Phasen des Neolithikums in Portugal. *Palaeohistoria*. 12, p. 363-372. [tradução portuguesa de 1983, “As diferentes fases do Neolítico em Portugal”, *Arqueologia*. 7, p. 7-15].
- LUBBOCK, J. (1865) – *Pre-historic times as illustrated by ancient remains, and the manners and customs of modern savages*. London / Edinburgh: Williams and Norgate.
- MORTILLET, G. (1873) – Classification des diverses périodes de l'âge de la pierre. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques. 6^{ème} Session (Bruxelles, 1872)*. Bruxelles: Typ. de M. Weissenbruch, p. 432-444.
- MOURE, J. A.; FERNÁNDEZ-MIRANDA, M. (1978) – The cave of Verdelpino (Cuenca, Spain). *Current Anthropology*. 19:1, p. 149-150.
- NATIVIDADE, M. V. (1901) – *Grutas de Alcobaça. Materiaes para o estudo do Homem*. Porto: Imprensa Moderna.
- PAÇO, A. (1954) – *Sementes pré-históricas do castro de Vila Nova de S. Pedro*. Lisboa: Academia Portuguesa de História (Separata dos Anais, II Série, vol. 5).

- PAÇO, A.; JALHAY, E. (1945) – *El castro de Vilanova de San Pedro*. Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria. XX, p. 5-93. [reedição de 1971 em *Trabalhos de Arqueologia de Afonso do Paço (1929-1968)*, vol. II. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 183-274].
- PEREIRA, G. (1875) – *Dolmens ou antas dos arredores d'Evora: notas dirigidas ao Exmo. Sr. Dr. Augusto Filippé Simões*. Évora: Typographia de Francisco da Cunha Bravo.
- PEREIRA, F. A. (1914) – Estação arqueológica do Outeiro da Assenta (Óbidos). *O Archeologo Português*. XIX, p. 135-146.
- PINHO, J. (1931) – Sur des graines trouvées dans la station énéolithique de Pepim, Amarante. *XV^{ème} Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques. Comptes rendus*. Porto / Coimbra, p. 356-358.
- RIBEIRO, C. (1878) – *Estudos prehistoricos em Portugal. Noticia de algumas estações e monumentos prehistoricos. I. Notícia da estação humana de Lecêa*. Lisboa: Typographia da Academia.
- REBAY-SALISBURY, K. C. (2011) – Thoughts in circles: *Kulturkreislehre* as a hidden paradigm in past an present archaeological interpretations. In ROBERTS, B. W.; VANDER LINDEN, M. (eds.), *Investigating archaeological cultures. Material culture, variability, and transmission*. Springer, p. 41-59.
- ROCHA, A. S. (1900) – *Antiguidades prehistoricas do concelho da Figueira*. Coimbra: Imprensa da Universidade (Memoria oferecida ao Instituto de Coimbra; Quarta Parte).
- ROCHA, A. S. (1908) – Phases do neolithico em Portugal. *O Archeologo Português*. XIII: 7-12, p. 193-201.
- SANTOS, M. F. (1971) – A cerâmica cardial da Gruta do Escoural. *II Congresso Nacional de Arqueologia*, vol. I. Coimbra: Ministério da Educação Nacional, p. 93-94.
- SANTOS, M. F. (1974) – *Pré-História de Portugal*. 2.^a ed. Lisboa: Verbo (Biblioteca das Civilizações Primitivas; 14).
- SAVORY, H. N. (1968) – *Spain and Portugal. The Prehistory of the Iberian Peninsula*. London: Thames and Hudson [edição portuguesa de 1985, *Espanha e Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo].
- SILVA, C. T.; SOARES, J. (1981) – *Pré-História da área de Sines*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines.
- SILVA, C. T.; SOARES, J. (1987) – Les communautés du Néolithique ancien dans le Sud du Portugal. In GUILAINE, J.; ROUDIL, J.-L.; VERNET, J.-L. (dir.), *Premières Communautés Paysannes en Méditerranée Occidentale*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, p. 663-671.
- SIMÕES, A. F. (1878) – *Introdução à Archeologia da Peninsula Iberica. Parte Primeira: Antiguidades prehistoricas*. Lisboa: Livraria Ferreira.
- SOARES, J.; SILVA, C. T. (1979) – Alguns aspectos do Neolítico antigo do Alentejo litoral. *1.^a Mesa-Redonda sobre o Neolítico e o Calcolítico em Portugal*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto (Trabalhos do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto; 3), p. 9-52.
- THOMSEN, C. J. (1836) – *Ledtraad til Nordisk Oldkyndighed*. Kjöbenhavn: Møllers Bogtrykkeri.
- TRIGGER, B. (2006) – *A history of archaeological thought*. 12th ed. Cambridge: Cambridge University Press.
- Vaquer, J.; BARBAZA, M. (1987) – Cueillette ou horticulture mésolithique: la Balma de l'Abeurador. In GUILAINE, J.; ROUDIL, J.-L.; VERNET, J.-L., dir. - *Premières Communautés Paysannes en Méditerranée Occidentale*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, p. 231-242.
- VASCONCELOS, J. L. (1897) – *Religiões da Lusitania*, vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VEIGA, S. P. M. E. (1886) – *Antiguidades monumentaes do Algarve*, vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional.

- ZILHÃO, J. (1992) – *Gruta do Caldeirão. O Neolítico antigo*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (Trabalhos de Arqueologia; 6).
- ZVELEBIL, M. (1986) – Mesolithic societies and the transition to farming: problems of time, scale and organisation. In ZVELEBIL, M., ed. - *Hunters in transition. Mesolithic societies of temperate Europe and their transition to farming*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 167-188.
- ZVELEBIL, M. (1996) – The agricultural frontier and the transition to farming in the circum-Baltic region. In HARRIS, D. R. (ed.), *The origins and spread of agriculture and pastoralism in Eurasia*. London: University College of London Press, p. 323-345.